

FASUL EDUCACIONAL

(Fasul Educacional EaD)

PÓS-GRADUAÇÃO

COMPLIANCE NA GESTÃO PÚBLICA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

COMPLIANCE NA GESTÃO PÚBLICA

DISCIPLINA: GESTÃO DE COMPLIANCE	
EMENTA	
Compliance é um termo ainda novo, se comparado a outras funções similares no meio organizacional, e está presente como um meio importante que controla e infunde uma cultura de gestão de risco, em qualquer organização. Observamos, cada vez mais, o aumento das regulamentações, a complexidade dos ambientes interno e externo e o aumento da conscientização de todos os responsáveis para que percebam determinados riscos recebidos; e, com isso, aumenta também a necessidade de haver controle interno sobre os processos que impactam nos negócios em vigor nas organizações.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
AULA 1 O GERENCIAMENTO DE COMPLIANCE E SEU CONCEITO CONDUTA CORPORATIVA ÉTICA CULTURA CORPORATIVA	
AULA 2 O COMITÊ COMPLIANCE OFFICE GESTÃO DE CRISES PRINCIPAIS ELEMENTOS	
AULA 3 IDENTIFICANDO PROBLEMAS COMPLIANCE REGULATÓRIO PRINCIPAIS AGÊNCIAS REGULADORAS A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO DE COMPLIANCE	
AULA 4 VALIDAÇÃO O COMPLIANCE NAS CORPORAÇÕES COMPLIANCE EM STARTUPS IMPLEMENTAÇÃO DE COMPLIANCE	
AULA 5 IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA DE SEGURANÇA PARA AS NORMAS ISO/IEC 27001 E A ISO/IEC 27002 DOCUMENTOS ELETRÔNICOS E O COMPLIANCE BENEFÍCIOS DA CERTIFICAÇÃO DE COMPLIANCE	
AULA 6 CONTROLES, RISCOS E CONDUTA PROFISSIONAL RISCOS NA ORGANIZAÇÃO COMPLIANCE E A GESTÃO DE PESSOAS CULTURA EM COMPLIANCE E CONTROLES INTERNOS	
BIBLIOGRAFIA	
<ul style="list-style-type: none">• ASSI, M. Compliance: como implementar. São Paulo: Trevisan Editora, 2018.	

- BLOK, M. Compliance e governança corporativa: atualizado de acordo com a Lei Anticorrupção Brasileira (Lei 12.846) e o Decreto-Lei 8.421/2015. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2017.
- CHÉR, R. Engajamento: melhores práticas de liderança, cultura organizacional e felicidade no trabalho. 2. ed. Rio de Janeiro: Alta Books Editora, 2018.

DISCIPLINA:
GOVERNANÇA E COMPLIANCE

EMENTA

O movimento de governança corporativa se iniciou nos Estados Unidos, como reação ao desenvolvimento das grandes companhias americanas. Estas eram marcadas pela pulverização de capital, o qual era detido de forma fragmentada por diversos acionistas. Assim, se configurou uma forte separação entre a propriedade das companhias e sua gestão ou controle.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

A GOVERNANÇA PRIVADA E O DESENVOLVIMENTO DA GOVERNANÇA PÚBLICA

A GOVERNANÇA PÚBLICA

A INCORPORAÇÃO DA GOVERNANÇA PÚBLICA NO BRASIL

PRINCÍPIOS DA GOVERNANÇA PÚBLICA

AULA 2

MATRIZ DE RISCOS

A RELAÇÃO ENTRE A BOA GOVERNANÇA E OS PROGRAMAS DE COMPLIANCE

INTRODUÇÃO AO COMPLIANCE

PRINCÍPIOS DO COMPLIANCE

AULA 3

O COMPLIANCE OFFICER

COMO AFERIR UM PROGRAMA DE COMPLIANCE

O COMPLIANCE NO BRASIL

LEIS QUE INTERNACIONALIZARAM O COMPLIANCE

AULA 4

A LEI ANTICORRUPÇÃO E O COMPLIANCE

AS MODALIDADES DE COMPLIANCE

O COMPLIANCE CRIMINAL

O COMPLIANCE NA REPRESSÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO

AULA 5

COMPLIANCE PÚBLICO

COMPLIANCE NAS EMPRESAS ESTATAIS BRASILEIRAS

COMPLIANCE E COMPRAS PÚBLICAS: PROJETO DE LEI N.303/2016

EXIGÊNCIA DOS PROGRAMAS DE COMPLIANCE NAS LICITAÇÕES

AULA 6

INSTRUMENTOS PREVENTIVOS DA CORRUPÇÃO

OS PROJETOS CAPITÃES DE COMPLIANCE

NÃO SEGUIMENTO DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

RESPONSABILIDADE OBJETIVA E SUBJETIVA

BIBLIOGRAFIA

- ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR ISO 31000:2018. Disponível em: <http://www.abntcatalogo.com.br/norma.aspx?ID=392334>. Acesso em: 13 nov. 2018.
- ALTOUNIAN, C. S.; DE SOUZA, D. L. LAPA, L. R. G. Gestão e governança pública para resultados: uma visão prática. Belo Horizonte: Fórum, 2017.
- NASCIMENTO, J. O. Panorama internacional e brasileiro da governança, riscos, controle internos e compliance no setor público. In: Compliance, gestão de riscos e combate à corrupção. Integridade para o desenvolvimento. Coordenadores: Marco Aurélio Borges de Paula e Rodrigo Pironti Aguirre de Castro. Editora Fórum: Belo Horizonte, 2018.

DISCIPLINA: COMPLIANCE E POLÍTICAS ANTICORRUPÇÃO	
EMENTA	
Embora os processos da Lava-Jato ainda estejam longe de chegar ao fim, este é o momento propício para mobilizar a sociedade na luta contra a corrupção. Esperar pode significar perder a janela de oportunidade que a operação criou ao abrir os olhos da população para a dimensão do problema. (Dallagnol, 2017, p. 14)	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
AULA 1	
RECENTES EXEMPLOS INTERNACIONAIS O BRASIL NO CENTRO DA CORRUPÇÃO MEDIDAS DISRUPTIVAS E A OPERAÇÃO LAVA JATO O SISTEMA ANTICORRUPÇÃO	
AULA 2	
ORIGENS MORAIS E ÉTICAS DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS ACERCA DO TEMA COMPLIANCE PÚBLICO COMPLIANCE PRIVADO	
AULA 3	
ASPECTOS PERTINENTES DA LEI N. 13.303/2016 A LEI N. 19.857/2019 DO ESTADO DO PARANÁ CÓDIGOS DE ÉTICA E CONDUTA DIFÍCULDADES E DESAFIOS DO AMBIENTE PÚBLICO	
AULA 4	
ABRANGÊNCIA DA NORMA DOS ATOS CONSIDERADOS LESIVOS DAS SANÇÕES E CONDICIONANTES PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO - PAR E O ACORDO DE LENIÊNCIA	
AULA 5	
O DESENVOLVIMENTO DA GOVERNANÇA PÚBLICA GOVERNANÇA PÚBLICA GOVERNANÇA PÚBLICA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO GOVERNANÇA PÚBLICA: PRINCÍPIOS E COMPLIANCE	
AULA 6	
O COMPLIANCE OFFICER AVALIANDO UM PROGRAMA DE COMPLIANCE	

<p>GESTÃO DE RISCOS</p> <p>MODALIDADES DE COMPLIANCE</p> <p>BIBLIOGRAFIA</p> <ul style="list-style-type: none">• DALLAGNOL, D. A luta contra a corrupção. Rio de Janeiro: Primeira Pessoa, 2017.• LUPION, B. Quais são as raízes da corrupção no Brasil. Nexo Jornal, 13 abr. 2017. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/04/13/Quais-s%C3%A3o-as-ra%C3%ADzes-da-corrup%C3%A7%C3%A3o-no-Brasil.• ZILIOOTTO, M. M; CASTRO, R. P. A. Compliance nas contratações públicas: exigência e critérios normativos. Belo Horizonte: Fórum, 2019.
--

<p>DISCIPLINA: GESTÃO ESTRATÉGICA DA INOVAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA</p> <p>EMENTA</p> <p>Com o advento do século XXI, temos uma ruptura teórica e prática na administração pública, passando do Estado dito burocrático para o Estado gerencial. Essa nova abordagem possui também o nome de nova administração pública, como consequência do entendimento de que os modernos Estados não são meramente instrumentos que visem somente à garantia de contratos e da propriedade, mas também que formulem e implementem políticas públicas estratégicas para o cidadão e para a sociedade, tanto na esfera social quanto na tecnológica e na científica. Logicamente, o século XX foi determinado pelas fortes transformações na revolução tecnológica. A internet trouxe radicais mudanças no modo de vida, principalmente na forma como nos comunicamos, interagimos e obtemos informações. Assim sendo, o tema que ganhou notoriedade é inovação, sinalizando que, somado ao conhecimento, desempenha um papel fundamental e relevante na economia moderna.</p> <p>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</p> <p>AULA 1 A GESTÃO PÚBLICA EM FAVOR DO CLIENTE HABILIDADES E COMPETÊNCIAS ADMINISTRAR É DECIDIR! DESAFIOS DO SETOR PÚBLICO</p> <p>AULA 2 MODELOS DE ESTADO MUNDO DA ADMINISTRAÇÃO: INOVAÇÃO EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO MODELOS DE ESTADO</p> <p>AULA 3 O INESPERADO INCONGRUÊNCIAS MUDANÇAS DE PERCEPÇÃO A IDEIA BRILHANTE</p> <p>AULA 4 GESTÃO PÚBLICA INTELIGENTE A REFORMA BRASILEIRA CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DIRIGIDOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</p> <p>AULA 5 PROJETO INOVAGOV APRENDIZADO COM O INOVAGOV</p>

INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO
O CAMINHO PARA A INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO

AULA 6

TENDÊNCIAS PARA O SETOR PÚBLICO

A PROLIFERAÇÃO DE LABORATÓRIOS DE INOVAÇÃO: BASES E EFEITOS

MAIS SOBRE INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO

INOVAÇÃO COMO UM IMPERATIVO

BIBLIOGRAFIA

- ABU, A; DAN X. Macunaíma em Quadrinhos. São Paulo: Peirópolis, 2016.
- CONHECIMENTO, habilidade e atitude: conheça o tripé da competência. Cecob, 3 out. 2016. Disponível em: <http://cecob.com.br/conhecimento-habilidade-eatitude-onheca-o-tripe-da-competencia/>.
- GESTÃO pública de excelência. O Alfinete Digital, 17 jun. 2017. Disponível em: <https://www.oalfinete.com/artigo/gestao-publica-de-excelencia>.

DISCIPLINA:

ÉTICA, MORAL E TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA

EMENTA

Este material objetiva refletir sobre alguns dos conceitos necessários para a vivência em sociedade – a vida na pólis –, destacamos os de ética, oral e moralidade para que, ao compreender suas funções e distinções conceituais, possamos pensar de modo mais aprofundado sobre sua importância na vida cotidiana dos sujeitos e das sociedades.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

CONCEITOS DE ÉTICA

CONCEITOS DE MORAL

CONCEITOS DE MORALIDADE

CONCEITOS, DISTINÇÕES E IMPLICAÇÕES ENTRE ÉTICA E POLÍTICA NA SOCIEDADE

AULA 2

O PROGRESSO MORAL

CARÁTER HISTÓRICO DA MORAL

O PROGRESSO MORAL E O PROGRESSO HISTÓRICO SOCIAL –

CARACTERÍSTICAS E DESENVOLVIMENTO

PROGRESSO MORAL E PROGRESSO HISTÓRICO-SOCIAL: EM FACE DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E DA VIDA NA PÓLIS

AULA 3

RELAÇÕES ENTRE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO

ORIGENS DO CONCEITO DE GESTÃO PÚBLICA

NOVAS MODALIDADES DE GESTÃO: PRÁTICAS INOVADORAS NA GESTÃO PÚBLICA

FUNDAMENTOS DA GESTÃO PÚBLICA

AULA 4

A EXCELÊNCIA E A EFICIÊNCIA: IMPRESCINDÍVEIS À TRANSPARÊNCIA NA GOVERNANÇA PÚBLICA

A ÉTICA E OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS: O PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA E SUAS DECORRÊNCIAS

OS PRINCÍPIOS INFRACONSTITUCIONAIS E A TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO

PÚBLICA

O IMPACTO DA ÉTICA E AS NOVAS FORMAS DE GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE GLOBAL NO CONTEMPORÂNEO

AULA 5

A VIVÊNCIA DO PRINCÍPIO DA MORALIDADE PÚBLICA

A LEGALIDADE, A VERACIDADE E A TRANSPARÊNCIA COMO CONSTITUTIVOS DA ÉTICA NA VIDA PÚBLICA

A LEI N. 12.527/2011 E O ACESSO A INFORMAÇÕES E SEUS ASPECTOS ÉTICOS-MORAIS

A QUESTÃO DA TRANSPARÊNCIA E DA ETICIDADE NA GESTÃO PÚBLICA E O PROGRAMA BRASIL TRANSPARENTE

AULA 6

FATORES ESSENCIAIS ÀS NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO PÚBLICA

O PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA E SUAS IMPLICAÇÕES NA GESTÃO PÚBLICA E A LEI N. 12.527/2011

A NOVA CONCEPÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA E AS PRÁTICAS DA COMPLIANCE TRANSPARÊNCIA, COMPLIANCE, RESPONSABILIDADE SOCIAL E ALGUMAS COMPETÊNCIAS ESSENCIAIS AO GESTOR PÚBLICO

BIBLIOGRAFIA

- MORIN, E. O método 6: a ética da Ética. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- _____. Ética na gestão pública. Curitiba: Intersaberes, 2016.
- WEIL, P. A nova ética – na política, na empresa, na religião, na ciência, na vida privada e em todas as outras instâncias. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.

DISCIPLINA:

GESTÃO DE PESSOAS - FOCO EM GESTÃO PÚBLICA

EMENTA

O curso de gestão de pessoas na área pública compreende vários aspectos, dentre eles: tendências e desafios na era digital; carreira do servidor público; gestão de pessoas no setor público e gestão de talentos; gestão de talentos como instrumento para a melhoria de desempenho; gestão de talentos como instrumento para a transformação e política governamental para gestão de pessoas. Todos eles serão abordados nesta disciplina

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

IMPACTOS: GESTÃO DE PESSOAS NA ERA DIGITAL

GESTÃO DE PESSOAS NA ERA DIGITAL

FATOR HUMANO

HABILIDADES NA GESTÃO DE PESSOAS

PRINCIPAIS DESAFIOS DA GESTÃO PÚBLICA

AULA 2

CARTA IBERO-AMERICANA DA FUNÇÃO PÚBLICA

ESTATUTO DO SERVIDOR PÚBLICO (LEI N. 8.112/1990) – PARTE 1

ESTATUTO DO SERVIDOR PÚBLICO (LEI N. 8.112/1990) – PARTE 2

CÓDIGO DE ÉTICA (DECRETO N. 1.171/1994), VEDAÇÃO AO NEPOTISMO (SÚMULA VINCULANTE N. 13) E PROCESSO DISCIPLINAR (LEI N. 8.112/1990)

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

AULA 3

GESTÃO DE PESSOAS NO SETOR PÚBLICO: DESAFIOS E TENDÊNCIAS

GESTÃO DE TALENTOS
DO CONCURSO PÚBLICO À INTEGRAÇÃO
RECOMPENSAR E DESENVOLVER
MANTER E AVALIAR

AULA 4
CONSTRUÇÃO DE UM MODELO GERENCIAL
GESTÃO DE COMPETÊNCIA
GESTÃO DO CONHECIMENTO
COMPORTAMENTO E MOTIVAÇÃO
AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

AULA 5
TRANSFORMAÇÃO ORGANIZACIONAL
LIDERANÇA (PARTE I)
LIDERANÇA (PARTE II)
COACHING
INOVAÇÃO

AULA 6
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
ESTRATÉGIA PARA DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS (IPEA)
POLÍTICAS DE GESTÃO DE PESSOAS
PLANO DE CAPACITAÇÃO

BIBLIOGRAFIA

- CHIAVENATO, I. Gestão de Pessoas. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2010.
- KNAPIK, J. Gestão de Pessoas e Talentos. Curitiba: IBPEX, 2008.
- PEREIRA, L. C. B. A reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle. Revista do Serviço Público, Brasília, DF, v. 120, n. 1, p. 7-40, jan./abr. 1996.

DISCIPLINA:
GESTÃO PÚBLICA E SUSTENTABILIDADE

EMENTA

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, é fundamental para nós e para nossa qualidade de vida. E, nesta disciplina, vamos entender que os nossos governantes, e toda a população, devem defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
ECOLOGIA
ECOLOGIA HUMANA
DESENVOLVIMENTO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

AULA 2
MARCOS INTERNACIONAIS
A INTERNALIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL
A PNMA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL

AULA 3
A ESTRUTURA DO ESTADO PARA A GESTÃO AMBIENTAL

A COMPETÊNCIA EM MATÉRIA AMBIENTAL
PRINCÍPIOS NORTEADORES DA GESTÃO AMBIENTAL
INSTRUMENTOS DE GESTÃO AMBIENTAL E SUAS CATEGORIAS

AULA 4

ZONEAMENTO AMBIENTAL
AIA E LICENCIAMENTO
ESPAÇOS TERRITORIAIS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS
INSTRUMENTOS ECONÔMICOS

AULA 5

O BIOCENTRISMO COMO TEORIA DE EXPLICAÇÃO DA RELAÇÃO HOMEM E MEIO AMBIENTE
O MEIO AMBIENTE E SEU CARÁTER DIFUSO
O PAPEL CONSTITUCIONAL DO PODER PÚBLICO
A EVOLUÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA EM RELAÇÃO A SEU PAPEL DE DEFESA E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

AULA 6

A INSERÇÃO DA SUSTENTABILIDADE NA GESTÃO PÚBLICA
AS INSTITUIÇÕES E SUA GOVERNANÇA
POLÍTICAS SETORIAIS VOLTADAS À SUSTENTABILIDADE E SUBSÍDIOS DE MERCADO
MECANISMOS INTERNACIONAIS DE GESTÃO E TECNOLOGIA

BIBLIOGRAFIA

- BEGON, M.; TOWNSEND, C.; HARPER, J. Ecologia: de indivíduos a ecossistemas. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo. Glossário. Disponível em: <http://www.cetesb.sp.gov.br/institucional/institucional/70-glossario>. Acesso em: 7 mar. 2019.
- FIORILLO, C.; PACHECO, A. Curso de Direito Ambiental brasileiro. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

DISCIPLINA:
GESTÃO DE RISCOS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

FATORES QUE INFLUENCIAM AS ESCOLHAS DOS RISCOS
VIESES DE FINANÇAS COMPORTAMENTAIS
GOVERNANÇA CORPORATIVA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLE INTERNO
RISCO DE CONFORMIDADE

AULA 2

ESTRATÉGIA DE NÍVEL FUNCIONAL
RISCOS ESTRATÉGICOS
ANÁLISE DE CENÁRIOS NO GERENCIAMENTO DE RISCOS
RISCO OPERACIONAL EM SERVIÇOS FINANCEIROS

AULA 3

GERENCIAMENTO DE POLÍTICAS, RISCOS E COMPLIANCE
GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS
RESILIÊNCIA DE GESTÃO DE RISCO
O GESTOR DE RISCO FINANCEIRO

AULA 4

GESTÃO DE RISCO OPERACIONAL COM AS MELHORES PRÁTICAS

QUANTIFICANDO O RISCO OPERACIONAL

ABORDAGENS PARA APURAR O RISCO OPERACIONAL

DIRETRIZ E GESTÃO DE RISCO OPERACIONAL

AULA 5

COMPONENTES DA ESTRUTURA COSO ERM

PADRÃO ISO 31000 E A ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

IMPORTÂNCIA DOS PROGRAMAS DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E RAZÕES

PELAS QUAIS ELES FALHAM

ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RISCOS

AULA 6

PRINCIPAIS FERRAMENTAS E TÉCNICAS DE AVALIAÇÃO E GERENCIAMENTO DE RISCOS II

KEY RISK INDICATORS & KEY PERFORMANCE INDICATORS

TENDÊNCIAS ESG EM GESTÃO DE RISCOS

GERENCIAMENTO DE RISCO ORGANIZACIONAL E A ANÁLISE PREDITIVA

DISCIPLINA:

RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS

EMENTA

Esta disciplina foi organizada visando instrumentalizar o aluno com um breve histórico sobre o programa compliance e a construção do conceito compliance. Em um segundo momento, faremos um debate sobre a conexão do setor público com os princípios da governança corporativa, que é estruturante para o conceito de compliance. Seguindo o debate, apresentaremos as perspectivas formativa, organizacional e criminal do conceito, bem como a teoria da sociedade de risco. Para finalizar apresentaremos, sinteticamente, as bases da Lei n. 12.846/2013, denominada Lei Anticorrupção.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

DIVISÃO DOS PODERES NO BRASIL

SISTEMA DE FREIOS E CONTRAPESO

PAPEL DAS RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS NA DEMOCRACIA

NA PRÁTICA: RESOLUÇÃO POR MEIO DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS

AULA 2

PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS POLÍTICOS

PROCESSO LEGISLATIVO E TOMADA DE DECISÃO POLÍTICA

NA PRÁTICA: ATIVIDADE SOBRE PROCESSO LEGISLATIVO BRASILEIRO E

RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS

AULA 3

INFLUÊNCIAS DOS STAKEHOLDERS E DESEMPENHO DO GOVERNO

RELAÇÃO ENTRE DIFERENTES INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATUAÇÃO DOS GRUPOS DE INTERESSE NAS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS

NA PRÁTICA: ATUAÇÃO DOS GRUPOS DE INTERESSE

AULA 4

ADVOCACY

LOBBYING

ELABORAÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE INFLUÊNCIA POLÍTICA
NA PRÁTICA

AULA 5

DIPLOMACIA E NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS
ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E POLÍTICAS GLOBAIS
TRATADOS E ACORDOS
RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS EM CONTEXTOS INTERNACIONAIS
NA PRÁTICA: ANÁLISE DE RELAÇÃO GOVERNAMENTAL INTERNACIONAL

AULA 6

PRINCÍPIOS ÉTICOS PARA PROFISSIONAIS DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS
ACCOUNTABILITY, COMPLIANCE E TRANSPARÊNCIA
GESTÃO DE CRISES E COMUNICAÇÃO DE RISCO
RELAÇÕES PÚBLICAS E GERENCIAMENTO DA IMAGEM INSTITUCIONAL
NA PRÁTICA: APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DE ACCOUNTABILITY, COMPLIANCE E
TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA

BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, M. de. Lei anticorrupção e o compliance empresarial: retrospectiva e inovações advindas da Lei 12.846/2013. Faculdade de Direito Prof. Jacy de Assis, Universidade Federal de Uberlândia, 2018.
- RIBEIRO, M. C. P.; DINIZ, P. D. F. Compliance e Lei Anticorrupção nas Empresas. Revista de Informação Legislativa, ano 52, n. 205, p. 87-105, jan./mar. 2015.
- SILVA, R. C. da. Acordo de leniência e compliance: perspectivas no enfrentamento da corrupção empresarial. Fundação Escola Superior do Ministério Público, Porto Alegre, 2018.

DISCIPLINA:

GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

EMENTA

Uma política pública, ou um programa governamental, é algo que envolve necessariamente um processo e um resultado. Mas, quando você analisa as notícias nos jornais ou na televisão, não tem a impressão de que existem muitos processos em andamento no Brasil que, muitas vezes, parecem não apresentar resultados significativos? Esta disciplina, inovadora e instigante, possibilita entender o papel do Governos e dos Governantes e também a sua função na construção da sociedade brasileira.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

O QUE SÃO POLÍTICAS PÚBLICAS
TIPOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS
AS COMPETÊNCIAS E AS RESPONSABILIDADES DOS ENTES
CARACTERÍSTICAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
FASES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

AULA 2

RACIONALISMO
INCREMENTALISMO
GRUPOS DE INTERESSE
TEORIA DAS ELITES
TRÊS ÚLTIMAS ABORDAGENS

AULA 3

AUTORES CLÁSSICOS E O ESTADO
A CRISE DO ESTADO
O ESTADO E AS METAS DO MILÊNIO
MATRIZ INSUMO-PRODUTO
GRUPOS DE INTERESSE E OS STAKEHOLDERS

AULA 4

PLANEJAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
ATORES EM POLÍTICAS PÚBLICAS
PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CONTROLE SOCIAL
PROBLEMA SOCIAL
CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

AULA 5

GESTÃO POR RESULTADOS
AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
MONITORAMENTO
O PAPEL DOS CONSELHOS
ESTADO-MERCADO-SOCIEDADE

AULA 6

INDICADORES: CONCEITOS E REFLEXÕES
CARACTERÍSTICAS DE UM INDICADOR
DADOS DO IBGE
IDH, PNUD E IPEA
PESQUISAS PRODUZIDAS DENTRO DAS UNIVERSIDADES

BIBLIOGRAFIA

- CALDAS, R. W. Políticas públicas: conceitos e práticas. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008.
- QUEIROZ, R. B. Formação e gestão de políticas públicas. Curitiba: InterSaber, 2012.
- TEIXEIRA, E. C. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. Bahia: Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais da Bahia, 2002. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf. Acesso em 23 set. 2019.

DISCIPLINA:

ACCOUNTABILITY E TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

EMENTA

Nesta disciplina, nos dedicaremos aos fundamentos da accountability e seus mecanismos. Vamos nos debruçar sobre pesquisas que se propuseram a compreender o significado do termo no Brasil, e identificar os meios de realização, fazendo classificações. Também vamos identificar na prática o que se entende por accountability. Também verificaremos que uma só palavra não define accountability – por ser polissêmica e multidimensional (Taylor, 2019, p. 1318), envolve ações distintas, com atores e papéis diversos. Veremos ainda que a accountability é muito importante nos estados democráticos, sendo forte nos locais em que há maturidade política e consciência do poder de atuação dos administrados.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

ACCOUNTABILITY – CONTEXTO E REALIDADE BRASILEIRA
DEFINIÇÕES INICIAIS

TIPOS DE ACCOUNTABILITY
OS AGENTES E A ACCOUNTABILITY
A ACCOUNTABILITY EM NOSSO COTIDIANO

AULA 2

OS MODELOS DE GESTÃO PÚBLICA NO BRASIL
GOVERNANÇA PÚBLICA
OS MODELOS DE GESTÃO, A GOVERNANÇA E A ACCOUNTABILITY
INSTRUMENTOS DE GOVERNANÇA VOLTADOS À ACCOUNTABILITY
PARTICIPAÇÃO SOCIAL E ACCOUNTABILITY

AULA 3

A INFORMAÇÃO ENQUANTO PROMOTORA DA PARTICIPAÇÃO E REALIZAÇÃO DOS
IDEAIS DEMOCRÁTICOS
RESPOSTA OU JUSTIFICAÇÃO E SUA CONTRIBUIÇÃO AO CONTROLE
INSTITUCIONAL E SOCIAL
A SANÇÃO COMO ELEMENTO GARANTIDOR DA ACCOUNTABILITY
O ELO DAS DIMENSÕES DA ACCOUNTABILITY
COMPLIANCE E ÉTICA NA GESTÃO PÚBLICA

AULA 4

ASPECTOS HISTÓRICOS ACERCA DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA
TRANSPARÊNCIA E LEGALIDADE
TRANSPARÊNCIA E MORALIDADE
TRANSPARÊNCIA É PUBLICIDADE?
COMO CONCEITUAR A TRANSPARÊNCIA?

AULA 5

TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E DEMOCRACIA
TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA
TRANSPARÊNCIA E ACCOUNTABILITY
TRANSPARÊNCIA E EFETIVIDADE
TRANSPARÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO ESTATAL

AULA 6

INTERNET E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO
MARCOS REGULATÓRIOS PROPICIADORES DA TRANSPARÊNCIA
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
CONSULTAS PÚBLICAS
MÍDIAS SOCIAIS

BIBLIOGRAFIA

- PALUDO, A. Administração Pública. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- ROBL FILHO, I. N.; GARCIA JUNIOR, R. Corrupção: uma análise a partir da economia institucional e da accountability horizontal em busca da efetividade do controle da administração pública. Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional, v. 10, p. 478-497, jul.-dez. 2018.
- LENHARDT, A.; FONTANA, E. Políticas Públicas de Acesso à internet: a (possível) cobrança de dados e a consequente mitigação do acesso à internet no país. In: SEMINÁRIO NACIONAL DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, 12., 2016. Anais... Santa Cruz: UNISC, 2016.

DISCIPLINA:

ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS E RESPONSABILIDADE FISCAL

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

ESTRUTURA DO ESTADO: PODER EXECUTIVO
TRAJETÓRIA E EVOLUÇÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS
PRINCIPAIS MODELOS DE ORÇAMENTO PÚBLICO
FUNÇÕES ECONÔMICAS DO ESTADO

AULA 2

PLANO PLURIANUAL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA
PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS APLICADOS À LOA

AULA 3

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS
CRÉDITOS ADICIONAIS
CODIFICAÇÃO RECEITA ORÇAMENTÁRIA CORRENTE
ESTÁGIOS DAS RECEITAS

AULA 4

DESPESAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS
ESTÁGIOS DA DESPESA
RESTOS A PAGAR

AULA 5

CONTA ÚNICA DO TESOURO NACIONAL
SIAFI
REGIME CONTÁBIL DA RECEITA E DA DESPESA
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

AULA 6

CONVERGÊNCIA ÀS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE APLICADAS
AO SETOR PÚBLICO
DÍVIDA PÚBLICA
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, EXECUÇÃO E ORÇAMENTO